

APRM

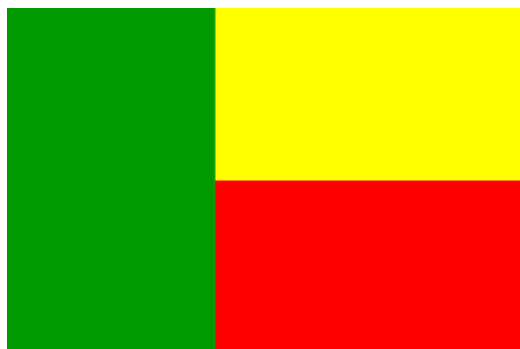
MECANISMO AFRICANO DE REVISÃO PELOS PARES



MECANISMO AFRICANO DE
REVISÃO PELOS PARES

RELATÓRIO DO PAÍS NO. 6

REPÚBLICA DE BENIM



JANEIRO 2008



SUMÁRIO EXECUTIVO

1. CONTEXTO HISTÓRICO

- 1.1 De ser um protectorado e posteriormente a colónia Francesa de Daomé, Benim adquiriu a sua independência sob o nome de República de Daomé a 1 de Agosto 1960.
- 1.2 Benim assinou o Memorando de Entendimento (MOU) a 31 de Março de 2004, indicando aos cidadãos e à comunidade internacional o compromisso dos líderes políticos de Benim para observar os princípios da democracia, do desenvolvimento socioeconómico e da boa governação política, económica e corporativa através de revisões periódicas por seus pares de países Africanos.
- 1.3 Benim foi analisada pelo pares no Fórum Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 30 de Janeiro de 2008.

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES EM QUATRO ÁREAS TEMÁTICAS

Governança Democrática e Política

- 2.1 **Sobre a questão de códigos e padrões**, o CRM observou que foram feitos esforços para rectificar os instrumentos jurídicos internacionais, mas o mesmo não é verídico para os padrões legais da União Africana (AU). Na realidade, até à data, Benim não promulgou a Convenção da União Africana acerca da Prevenção e Combate à Corrupção, que foi adoptada em Julho de 2003 em Maputo. O CRM felicita as novas autoridades de Benim pela sua determinação em acelerar o processo de adopção e ratificação de instrumentos internacionais, e convida-os a adoptar todas as medidas legislativas e regulamentares necessárias para assegurar que as leis internas estejam em conformidade com as normas internacionais e códigos ratificados por Benim.
- 2.2 **Do ponto de vista da gestão de conflitos internos e externos**, o CRM felicita as autoridades e o povo de Benim para a manutenção do clima de paz e estabilidade política que tem caracterizado Benim durante as últimas duas décadas. Embora existam conflitos internos, eles não são suficientemente graves para pôr em perigo a estabilidade política e social do país. Existem, no entanto, vários aspectos que merecem uma atenção especial e que exigem o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia nacional para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. Em termos de relações com os países vizinhos, o CRM observou a solução pacífica da disputa entre Benim e Níger a respeito do Lété Island, e os governos declaram vontade de encontrar soluções adequadas através do diálogo e da negociação para a disputa de fronteira entre o Benim e alguns seus vizinhos (nomeadamente Burkina Faso).
- 2.3 **Na área da democracia constitucional**, o CRM observou que, desde a Conferência Nacional Soberana, de 1990, Benim demonstrou provas de uma democracia eficaz e vital caracterizada por um regresso ao pluralismo democrático. A Constituição reconhece o direito de todos os cidadãos do Benim em participar na gestão dos assuntos públicos, em conformidade com as convenções internacionais relevantes. Além disso, os partidos políticos desfrutam de reconhecimento constitucional. A estrutura para a organização e acção da oposição é regido pela Lei de 2001. Um mecanismo de regulamentação particularmente flexível favorece a criação de inúmeros partidos políticos: hoje existem mais de 150 partidos oficialmente registados. Contudo, o CRM observou que a proliferação de partidos políticos como sendo uma característica do sistema multipartidário, tem por vezes sido a causa de certas disfuncionalidades na democracia de Benim. Esta situação insta à aplicação efectiva à Carta dos Partidos Políticos.
- 2.4 **O Sistema eleitoral de Benim não está exempto de suspeitas. Tem sido objecto de algumas** Tem sido objecto de algumas controvérsias em torno de sua incapacidade de garantir uma concorrência justa e leal em eleições livres e transparentes. O CRM, no entanto, verificou, com grande satisfação, a realização de eleições regulares de acordo com o estabelecido calendário eleitoral. Esta situação indica boas práticas, o que ajuda a consolidar uma cultura de democracia dentro do sistema político. As eleições presidenciais foram realizadas em 1991, 1996, 2001 e 2006, e a



transição democrática do chefe de Estado (1991, 1996 e 2006) deve ser acolhida como um exemplo para que outros a sigam.

- 2.5 A descentralização e governação local** parece ser um enorme desafio para a democracia e governação política no Benim, dadas as expectativas da população. O CRM observou a diferença marcante entre a necessidade de uma maior descentralização que foi vigorosamente articulada pelas partes, e os limitados recursos humanos e materiais, bem como as competências legalmente reconhecidas das comunidades para efectuar uma melhoria dos padrões de vida da população. Esta questão é particularmente pertinente à luz do mandato conferido às autoridades descentralizadas para incentivar o desenvolvimento local.
- 2.6 Na área de direitos económico, sociais, culturais, civis e políticos**, o CRM pode observar a eficácia das garantias constitucionais em matéria de direitos humanos e liberdades fundamentais. **Os direitos civis e políticos** consignados nos mais importantes instrumentos internacionais estão incluídos na constituição. O CRM mostrou-se gratificado ao notar a efectiva liberdade de culto e de tolerância religiosa. Em Benim, muitas e diferentes denominações Cristãs, o Islamismo e religiões tradicionais coexistem pacificamente uns com os outros. **Os direitos económicos, sociais e culturais** também estão consignados na Constituição: o direito à educação, saúde, trabalho e o direito à greve. O mesmo é verdade no referente aos direitos de solidariedade (os chamados direitos de terceira geração), ou seja, o direito ao desenvolvimento, e a um ambiente saudável, satisfatório e sustentável. No entanto, o CRM, registou que esta declaração continua a ser uma das formas em vez de substância e que esta incompleta
- 2.7 Acesso à justiça** também foi considerada pelo CRM como sendo um grande desafio para o estabelecimento da democracia e da igualdade social. Embora o Benim seja um país que defende o Estado de direito e no qual são feitos todos os esforços para promover e popularizar os direitos fundamentais, também é verdade que estes direitos devem ser eficazmente protegidos pelas instituições que por eles são responsáveis. Isto nem sempre é o caso. A reforma do sistema de justiça e o proporcionar-lhe um maior acesso, permanecem tarefas críticas para a consolidação do Estado de direito, a segurança jurídica dos cidadãos e do investimento.
- 2.8 Na medida em que as disposições constitucionais que consagram a separação de poderes estão em causa**, o CRM observou a riqueza das disposições constitucionais e legislativas sobre a separação e equilíbrio de poderes da república. Do ponto de vista formal, foi observado que cada um destes poderes é tratado no âmbito de um capítulo separado na constituição, e que as disposições complementares que regem esses poderes estão consagradas na lei orgânica. Estas leis são adoptadas por uma maioria diferente da que é exigida para a adopção de leis ordinárias. Além disso, o Tribunal Constitucional monitora automaticamente essas leis para assegurar a sua conformidade com a Constituição. Noutras palavras, o princípio da separação de poderes está bem assegurado por mecanismos judiciais elaborados. No entanto, a separação efectiva de poderes e mecanismos de controlo não são óbvias devido ao ambiente institucional, e devido a que outras estruturas têm poderes limitados em relação ao Executivo.
- 2.9 No caso de um cargo público**, foram identificadas muitas áreas problemáticas em relação à administração e para a função pública em geral, confirmando assim o que foi destacado no CSAR. Estas áreas problemáticas incluem um desperdício de recursos e politização da administração. O CRM constatou igualmente as falhas do sistema no referente à avaliação, promoção e disciplina dos funcionários públicos, que são em grande parte o resultado da politização da administração de Benim e sua falta de transparência. Isso acentua a diferença entre a administração e os administrados, e assim reduz a legitimidade do serviço público. Finalmente, os baixos salários e as disparidades na remuneração representam outra importante área do problema.
- 2.10 O CRM observou que a corrupção** teve um sério impacto sobre o bom funcionamento do Estado Benim. O Livro Branco sobre a corrupção em Benim sublinha que "as oportunidades que se prestam mais a corrupção são principalmente em procedimentos administrativos ou a procura de bens e serviços: um cidadão em cada dois (51%) cai em desgraça por a corrupção; os sectores mais corruptos são a saúde, educação, serviços fiscais, o Tesouro, os contratos públicos, os costumes, o sistema de justiça, prefeituras, etc. Alfândegas está no topo da lista, tendo a maior incidência de corrupção, com 98% das pessoas afirmando que este sector é corrupto".
- 2.11** O CRM registou com satisfação a intenção declarada das novas autoridades para lutar contra o flagelo da corrupção. A "marcha verde" contra a corrupção, em que o próprio chefe de Estado participou, é uma prova da gravidade do fenómeno, que é considerado um câncer social. Para dar uma indicação da extensão do problema, o Observatório de Luta contra a Corrupção (OLC) - citando o ministro das finanças, Irénée Koupaki - realça que "as percas do



Tesouro em receitas fiscais, devido a práticas fraudulentas, combinadas com as ações de contribuintes e fiscais e funcionários aduaneiros, são estimados em mais de uma centena de bilhões de francos CFA por ano ". De acordo com a mesma fonte, as despesas excepcionais de cerca de 201.000 bilhões de franco CFA entre 2001 e Abril de 2006 ainda devem ser adequadamente auditadas - noutras palavras, justificadas com base na documentação adequada. Esta soma é aproximadamente um terço do orçamento nacional. A luta contra a corrupção não progrediu além da esfera de documentos formais. Há de facto um acordo unanime de que existe pouca vontade política para combater a corrupção, e que há poucos resultados confiáveis e significativos nesta área. No entanto, desde a nomeação do Presidente Boni Yayi, a vontade política para combater a corrupção tem vindo a aumentar e o país assistiu à acusação de um ministro e de outra figura política. Além disso, cerca de 30 juizes também foram denunciados em casos relacionados com os custos de justiça penal, o que implica uma perda para o Estado de Benim de várias centenas de milhões franco CFA. No entanto, as pessoas continuam cépticas sobre as oportunidades do governo em ganhar esta batalha importante e benéfica. Embora a visão e a estratégia para erradicar a corrupção exista e esteja a ser gerida pelas ferramentas institucionais para o combate à corrupção, o problema reside na determinação, eficiência e implementação.

- 2.12** Na questão da promoção da mulher, o CRM observou que foi feito um progresso significativo. A nível institucional, o CRM observou que Benim introduziu a igualdade dos sexos na constituição. Com efeito, esta lei fundamental adoptou as disposições da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que, perante a lei, prevê a igualdade entre os sexos, bem como a protecção total e igual para todos. Além disso, a Seção 26 da Constituição estabelece o princípio da igualdade entre homens e mulheres. Benim também ratificou, sem reservas, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) a 12 de Março de 1992, de acordo com a Seção 144 da Constituição. Foram adoptadas Leis sobre a saúde sexual e reprodutiva, sobre a eliminação da prática da mutilação genital feminina e no Código de Família e individual. Em termos de políticas, uma Política Nacional para a Promoção da Mulher (PNPF) foi adoptada a 31 de Janeiro de 2001, com a finalidade de melhorar a posição social e jurídica das mulheres, para garantir a sua educação e formação, e melhorar a sua capacidade económica. Foi adoptado um programa multisectorial de acção para implementar esta política.
- 2.13** Apesar destes esforços louváveis, ainda há muito para ser feito. Notável é o estatuto jurídico das mulheres, o seu acesso à justiça e aos recursos, a sua presença em cargos de tomada de decisão, e a assunção de responsabilidade pela situação das mulheres e a sua integração nas políticas e programas de desenvolvimento. O CRM também observou que o conteúdo do Código individual e familiar não é extensamente conhecido entre a população, que parece continuar a aderir a práticas costumeiras que são desfavoráveis às mulheres
- 2.14 Sobre a questão da juventude**, o CRM registou com satisfação que Benim aderiu muitos dos instrumentos internacionais e regionais de protecção aos direitos das crianças, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, publicada a 5 de Setembro de 2006. As leis nacionais apropriadas que satisfazem os princípios e as disposições da convenção foram adoptada. No entanto, o CRM observou que crianças do Benim continuam a enfrentar uma série de questões importantes, tais como a não-declaração de nascimentos, desnutrição, baixa escolaridade, tendo que trabalhar desde tenra idade, o tráfico de crianças, o acesso limitado aos serviços de saúde, e da exploração sexual. O CRM também observou algumas lacunas nos mecanismos legislativos e institucionais Benim. O Código da Criança não ser materializou, nem as alterações ao Código Criminal e os Processos de Código Criminal não foram finalizadas. Além disso, uma vez que os nascimentos não são automaticamente registados, nem todas as crianças estado civil reconhecido.
- 2.15 Dez anos após a Conferência Nacional Soberana**, o Benim é considerado como um refúgio de paz e estabilidade na sub-região da África Ocidental. O CRM ficou impressionado com os pontos fortes de Benim nas áreas de governação política e desenvolvimento democrático. Esses pontos fortes incluem um clima de paz e estabilidade; a eficácia das liberdades fundamentais e, em particular, dos direitos civis e políticos; a supremacia da constituição e preocupação com o rigoroso respeito desta lei fundamental (que assegurou a transição democrática do chefe de Estado em muitas ocasiões - eventos que ocorreram de forma harmoniosa e sem conflito, tornando Benim um dos poucos países africanos onde os princípios democráticos têm sido plenamente realizados e onde encontraram expressão real e eficaz); o respeito pelo calendário eleitoral; o respeito pelo princípio de que as forças de defesa e segurança estão sujeitas a um governo legítimo (que também tem contribuído para o fortalecimento de uma cultura de cidadania - um factor crucial para a promoção da democracia e da sobrevivência da República); e um clima de tolerância, caracterizada pela coexistência harmoniosa e pacífica de todas as religiões e formas de culto, tornando Benim um exemplo a ser imitado pelo resto da África.
- 2.16** A questão crucial é saber se o sistema político do Benim tem a capacidade de garantir liberdades políticas e civis, assegurando simultaneamente o desenvolvimento económico e social dos cidadãos. A segunda parte deste desafio é analisado no relatório das secções relativas à governação económica e ao desenvolvimento socioeconómico. No que se relaciona ao primeiro aspecto, o CRM observou que Benim - não obstante as vantagens que foram mencionadas e



os progressos registados - é confrontada com uma série de desafios. Para este efeito, a aplicação da Carta dos Partidos Políticos é fortemente recomendada, a fim de contribuir para a implementação de um sistema de governo baseado em princípios republicanos e de interesse público. Além disso, o papel, o local e o estado do Governo tradicional dentro da República também são elementos importantes dos desafios que Benim tem de enfrentar. Os desafios a que terão de ser assumidos com atenção especial incluem a eficiência institucional; a promoção e consolidação do Estado de Direito; dar acesso ao sistema de justiça e o assegurar a sua eficiência; promover o pleno gozo dos direitos económicos e sociais; e consolidar o papel e a posição das mulheres na economia, na sociedade e, em especial, nos órgãos de tomada de decisão e nele a sua representação. Finalmente, a corrupção em todos os níveis do governo e da sociedade representa um grande desafio que afecta todos os actores políticos, económicos e sociais, e isto exige medidas que sejam, ao mesmo tempo rigorosas, adequadas e benéficas.

- 2.17** Por forma a consolidar o que foi alcançado e para lidar com os grandes desafios da governação política, o Painel APR gostaria de recomendar o seguinte: (i) ratificar os instrumentos internacionais relevantes, incluindo a Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção; (ii) desenvolver e implementar sem demora, uma estratégia nacional para a prevenção, gestão e resolução de conflitos; (iii) reforçar a capacidade e a eficácia das instituições, acelerar o processo de descentralização e prosseguir com a transferência efectiva de competências e recursos para municípios através da implementação das leis de descentralização; (iv) reforçar as garantias funcionais sobre a separação e equilíbrio de poderes através do fortalecimento de capacidades na Assembleia Nacional; (v) assegurar a rigorosa adesão à Carta dos Partidos Políticos; (vi) consolidar a independência do poder judicial e da autonomia da autoridade judicial, e acelerar a implementação do Programa Integrado de Apoio ao poder Judicial e ao Sistema Judiciário (PIRSJ) em todos os seus aspectos; (vii) implementar as disposições relevantes sobre a reforma administrativa, garantindo ao mesmo tempo o desenvolvimento de uma nova cultura administrativa baseada na apreciação do valor do trabalho, mérito, o respeito pelo serviço público e remuneração correcta, juntamente com o monitoramento regular de todos os níveis de gestão administrativa, elaboração de relatórios, resultados e sancionamento (positivo ou negativo); (viii) implementar um plano estratégico nacional para a luta contra a corrupção, com uma política de "tolerância zero" contra os corruptos e corrompidos; (ix) desenvolver e adoptar uma política nacional de género para fornecer um quadro de referência e orientação para todos os sectores de desenvolvimento; e (x) desenvolver e implementar um código acerca da protecção da criança e uma estratégia nacional com medidas adequadas para combater eficazmente qualquer tipo de exploração, especialmente a exploração económica, sexual e tráfico de crianças.

Governança e Gestão Económica

- 2.18** O país definiu a sua visão de longo prazo no projecto Alafia Benim para 2025, e isto é um passo louvável. A visão do projecto Alafia Benim de 2025 visa construir uma Benim emergente até ao mencionado ano. Além disso, o governo recentemente converteu a visão em "estratégias de orientações de desenvolvimento. No entanto, a coordenação necessária para aplicar estas orientações, e, particularmente, converte-las em políticas sectoriais, acusa certas debilidades que se reproduzem noutros desafios para a governação económica. Estas deficiências são a corrupção generalizada (que se tornou numa cultura e num método / instrumento mais ou menos interiorizado do governo) e a falta de responsabilidade na implementação das políticas de desenvolvimento macroeconómicos e sectoriais, bem como a falta de coordenação.
- 2.19** O crescimento económico parece estar novamente a aumentar, mas a pobreza permanece em um nível alarmante. Governação económica deve lidar com os problemas estruturais fundamentais da economia do Benim e evitar que o país a longo prazo seja enraizado na satelização e se torne numa economia de trânsito sem uma base produtiva sólida. Numa forma realista, deve também lidar com o problema do sector informal, que desempenha um importante papel económico, social e até político. Uma vez que o sector informal continuará durante longo prazo a desempenhar esse papel na economia e sociedade do Benim, é necessário "usá-lo bem" para resolver os problemas do país. Este sector deveria ser reconhecido como um componente da economia, mantendo nele apenas um fiscal olhar vigilante, sem pretender formalizá-lo. Capítulo Quatro do relatório discute essas questões e as medidas propostas para enfrentar os desafios observados.
- 2.20 Ratificação e Implementação dos padrões e códigos.** Benim adoptou a maior parte dos padrões, códigos e princípios relacionados com a governação económica e de gestão, com algumas excepções – que estão registadas no relatório, em especial nas áreas de corrupção, lavagem de dinheiro e de integração regional. A este respeito, o Painel do APR faz recomendações, especialmente para a adopção de normas e códigos que ainda não foram adoptadas; o reforço da transparência e a divulgação de informação económica, orçamental e financeira em geral; modernização do sistema de estatísticas; divulgação de dados prudentes sobre o sector financeiro; e fortalecimento das capacidades para os órgãos em causa.



- 2.21 Promoção de políticas macroeconómicas que suportem o desenvolvimento sustentável.** Os esforços do governo no sentido de melhorar o quadro macroeconómico são indiscutíveis e, conseqüentemente, Benim tem uma boa imagem entre os seus parceiros de desenvolvimento. Contudo, os resultados esperados não têm aumentado a produção de forma sustentável, nem reduziu significativamente o nível de pobreza. A produção permanece pouco diversificada com a avaliação de algodão por mais de 50% das exportações. Por várias razões, o progresso da actividade económica manteve-se abaixo dos indicadores de desempenho projectados.
- 2.22 Nos seus GPRS (2007-2009), o governo definiu um cenário de referência com uma reflexão de calculo das** várias estratégias sectoriais a serem implementadas para acelerar o crescimento e reduzir a pobreza, mantendo simultaneamente a estabilidade macroeconómica. Na estratégia, a aceleração do crescimento será baseado na diversificação da produção, a liberalização económica, o apoio ao sector privado, o reforço das infra-estruturas económicas e sociais e reforço da boa governação.
- 2.23 Gestão das finanças públicas** tem feito alguns progressos, especialmente na gestão baseada em resultados e na preparação do Enquadramento de Despesas a Médio Prazo (MTEF). No entanto, ainda há grandes restrições sobre a auditoria das despesas públicas. Foi observado que o governo está a implementar um vasto programa de recolha de receitas, alargamento da base tributável, e a tomar medidas para resolver os constrangimentos - particularmente no que diz respeito ao sector externo, o sistema financeiro, o alívio da dívida e privatizações
- 2.24 Políticas sectoriais e macroeconómicas.** Foi verificado que a implementação de orçamentos de programas no sector agrícola encontrou dificuldades de mobilização de recursos e de mestria na execução orçamental da parte dos actores. *No sector industrial*, os atrasos administrativos e barreiras ao investimento e privatização contribuíram significativamente para o aumento dos custos operacionais, afectando o ritmo de crescimento e a competitividade das empresas.
- 2.25** Os principais obstáculos ao crescimento económico e à redução da pobreza são estruturais. Estes dizem respeito à rigidez de maquinas de produção e estrutura, o baixo nível de investimento, a diversidade limitada das exportações (dominado por algodão), a não-inclusão do crescimento, e o baixo nível de criação de emprego. Esta situação torna a economia muito vulnerável a choques externos e enfraquece o balanço do país.
- 2.26** Com isto em mente, o **Painel do APR recomenda** medidas e acções que respondam aos desafios e resolvam os constrangimentos, particularmente em: (i) governança macroeconómica e sectorial; (ii) previsões e estatísticas; e (iii) a redução da vulnerabilidade a choques exógenos.
- 2.27 Implementação de políticas económicas racionais, transparentes e previsíveis.**
Benim definiu uma visão de longo prazo - *Alafia Benim 2025* - que foi convertida em orientações estratégicas de desenvolvimento do Benim e que será implementado sob a GPRS (2007-2011). A visão procura construir uma "nação líder, um país unido e pacífico bem governado, com uma economia próspera e competitiva, influência cultural e bem-estar social". O país tem feito esforços significativos na limpeza do quadro macroeconómico, definindo estratégias sectoriais e de alocação de recursos orçamentais. No entanto, a projecção de uma Benim emergente exige um conjunto de políticas económicas que ainda não são claras. Estas incluem a natureza e modelo de crescimento económico, a sua sustentabilidade, inclusão e a diversificação da sua base produtiva; a reconfiguração do espaço nacional e sua adaptação à estratégia de pólos de crescimento; a capacidade do país para resolver o foco e desafios actuais do emergente Benim; e, finalmente, a conversão da visão e as suas seis orientações estratégicas de desenvolvimento nas adequadas políticas e programas sectoriais.
- 2.28** A transparência e a previsibilidade das políticas económicas exigem que o controlo da governação económica e gestão dos recursos públicos seja eficaz e firme. Esta função sofre de deficiências graves, promovendo assim um clima geral de apropriação financeira indevida, enriquecimento ilícito, corrupção e impunidade. Verificou-se que não houve relatórios detalhados sobre a execução do orçamento - em termos de resultados concretos na implementação de programas de desenvolvimento - o que teria facilitado a avaliação da eficácia e da qualidade dos gastos públicos em programas de desenvolvimento. O CRM também observou que a limpeza do quadro macroeconómico não é orientada para o desenvolvimento, uma vez que não contribuem para a redução da pobreza. Dada a importância do sector informal e do tráfego económico, se a economia do país é deixada em aberto para as forças externas da globalização, a configuração na WAEMU e o futuro da economia Nigeriana, haveria (a longo prazo) ser um processo arriscado de satelização e informalidade da economia do Benim.
- 2.29** Foi com agrado que o CRM observou que o país tinha políticas definidas em sectores económicos, como a agricultura, indústria, transportes e energia. Contudo, essas políticas devem ser coerentes e coordenadas de modo a realizar a visão *Alafia Benim 2025*. Necessitam enfrentar os desafios e cuidado, e garantir que os pólos de desenvolvimento são acompanhados por uma distribuição territorial das funções económicas. Desta forma, as ligações complementares poderiam ser criadas, o que iria construir um ambiente económico integrado e reconfigurado que contribuiria para a



redução da pobreza. A governação económica eficiente requer uma máquina estatal com capacidade institucional adaptada para a construção do Benim emergente e a coordenação eficaz das políticas económicas - os quais são todos dificuldades ainda encontrados no terreno.

- 2.30** Ao final da sua análise, o CRM faz recomendações sobre como abordar a limpeza do quadro macroeconómico para cumprir com os objectivos de redução da pobreza, como converter a visão em estratégias sectoriais adequadas em função da política de pólos de crescimento e integração construtiva do sector informal, e sobre o foco emergente e desafios na construção da visão Alafia Benim 2025.
- 2.31** Promoção da boa gestão das finanças públicas. O CRM registou os esforços feitos pelo governo nas áreas principais, como as reformas no sentido de gestão baseada em resultados. Estes incluem gestão orçamental e contabilística, auditoria interna e externa, e o sistema de contractos públicos. No entanto, a gestão das despesas públicas ainda encontra restrições nestas três áreas. Um plano de acção para o quadro estratégico de gestão de orçamento baseado em resultados foi adoptado em Dezembro de 2005, e sua implementação deve ser reforçada. Para que a reforma orçamental alcance o sucesso sustentável e para ter um impacto positivo sobre a eficiência da despesa pública e os subsequentes resultados, necessita fazer parte de uma reforma administrativa e de uma reforma adequada do serviço público. A este respeito, as reformas levadas a cabo pelo governo ainda sofrem de uma série de deficiências relativas ao ritmo e prazo de efectiva transferência de áreas de competência, das modalidades de atribuição de recursos humanos competentes, e da política de financiamento do orçamento do conselho geral.
- 2.32** **Relacionado à melhoria da implementação orçamental**, a prorrogação do Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SigFig) para todos os ministérios ajudou a reduzir o prazo de pagamento para menos de 25 dias em 2004 e para melhorar a implementação do projecto. No entanto, o sistema é afectado por má auditoria das despesas públicas. Instituições de auditoria enfrentam muitas restrições no desempenho das suas funções, em particular na auditoria interna e externa, bem como no sistema de contractos públicos. Por último, o flagelo da corrupção também afecta a boa gestão das finanças públicas
- 2.33** À luz destas constatações, o Painel do APR faz recomendações relevantes no monitoramento do orçamento baseado em resultados, no sistema de contractos públicos, bem como na auditoria interna e externa da despesa pública.
- 2.34** **A Luta contra a Corrupção e a Lavagem de dinheiro.** A corrupção tornou-se um terrível flagelo que afecta toda a estrutura política, económica e social do país. As áreas mais afectadas são as da administração pública em geral, e da administração financeira do Estado em particular (tributação, serviços aduaneiros e os contractos públicos), bem como a política e a justiça. São muitas as causas da corrupção em Benim, indo desde a luta pela sobrevivência para fazer face às despesas no final do mês devido a baixos salários, a uma cultura onde os partidos políticos e as máquinas de estado são transformados em veículos para o sucesso individual, através enriquecimento ilícito, corrupção e má gestão. A prática está enraizada no comportamento dos gerentes, conduzindo a uma fraqueza na função de auditoria e de órgãos governamentais, por sua vez, criando uma sensação de impunidade para crimes económicos.
- 2.35** Têm sido feitos esforços pelas autoridades e organizações da sociedade civil criar instrumentos que levem a energia moral na vida pública e que combatam a corrupção. No entanto, a eficácia destes instrumentos continua em dúvida ou até mesmo inexistente. As consequências do flagelo são evidentes na política e na gestão dos recursos públicos. Existe um agravamento da pobreza e um aumento das desigualdades sociais; uma perda de competitividade da administração pública e do sector privado; deterioração da qualidade do capital humano; e uma falta de progresso na área de desenvolvimento socioeconómico. Além disso, o CRM observou que Benim ainda não ramificou todas as convenções internacionais sobre o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. O CRM observou que o projecto de lei sobre a prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, iniciada pelo governo em Novembro de 2006 e que apresentou perante a Assembleia Nacional, ainda não foi discutido, para que a lei seja adoptada. As directivas da UEMOA sobre a luta contra o branqueamento de capitais nos países membros ainda não foram implementadas em Benim.
- 2.36** As recomendações da chamada do Painel do AAP apelam ao fortalecimento da função e órgãos de auditoria responsáveis pela adopção e aplicação efectiva dos relevantes códigos e normas. Estas são medidas de tolerância zero, que os mais altos escalões da liderança poderiam empregar na luta contra a corrupção; melhoria nas condições de trabalho dos funcionários públicos; estudos sobre o fenómeno da corrupção; e melhorar os regulamentos sobre a declaração de bens dos funcionários políticos dos quadros superiores.
- 2.37** **Acelerar a integração regional através das políticas de harmonização monetária, de comércio e investimento.** Benim é um membro de grandes agrupamentos de integração regional na África Ocidental, e também assinou o tratado que institui a Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África (OHADA). Também assinou e ratificou a maior parte das normas e convenções enumeradas no questionário do APRM. O CRM observou que, desde 1999, o desempenho do Benim em termos de cumprimento dos critérios primários de convergência da UEMOA foi significativo.



No entanto, a situação nem sempre é a mesma em relação aos critérios secundários, onde os esforços ainda precisam ser feitos.

- 2.38** Ao mesmo tempo, é útil considerar a Tarifa Externa Comum (TEC) da UEMOA, que Benim em 2000, implementou em todo o seu território. No que diz respeito ao sistema fiscal, o CRM observou que a pressão fiscal sobre o sector corporativo em Benim é próxima da média na UEMOA, mas é alta em comparação com o nível de desenvolvimento do país. Em particular, o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e impostos sobre as sociedades penalizam excessivamente o sector privado. Por outro lado, a legislação comunitária sobre práticas anti concorrência que foram adoptadas pela UEMOA em 2002 ainda não estão em vigor em Benim. Estas disposições, que vinculam todos os Estados membros da UEMOA, parecem não ter sido efectivamente implementado por alguns países da sub-região, incluindo por Benim
- 2.39** Verificou-se que o Benim está ainda a tributar as suas exportações, quer elas sejam intra-UEMOA, intra-Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou para o mercado mundial, o que mostra a não conformidade de políticas comerciais nacionais do Benim com os padrões de integração comunidade regional. Da mesma forma, a directiva da UEMOA em matéria de transparência no processo de privatização ainda não foi aplicada em Benim. Isso mostra uma falta de cumprimento dos compromissos assumidos a nível regional, o que significa que ainda não foi alcançado o acesso à fase de zona de livre comércio.
- 2.40** Com base nestas constatações, o Painel do APR faz sugestões para o cumprimento dos secundários critérios de convergência; as disposições e directrizes da CEDEAO e da UEMOA ainda não aplicadas ou implementadas; aceleração do progresso para o estabelecimento de uma zona de livre comércio; melhoria na transparência no processo de privatização, de acordo com as directivas da UEMOA; e consulta com os países da região e outros países menos desenvolvidos (PMD).

Governança corporativa

- 2.41 Padrões e códigos relativos à governança corporativa no Benim.** Embora Benim tenha ratificado a maioria das convenções internacionais e as autoridades públicas estão a dirigir esforços para tornar as convenções e leis conhecidas, a sua implementação nem sempre se segue. Isto aplica-se principalmente aos actos uniformes da OHADA, cujo sistema legal do Benim está progressivamente a tentar integrar, mas que não foram ainda completamente aceites por todos os actores económicos em Benim. O mesmo se aplica aos padrões internacionais de contabilidade e de auditoria, que enfrentam problemas de coordenação regional, a relativamente jovem existência da Associação dos Auditores e Contabilistas Ajuramentados de Benim, e as práticas que se desviam dos textos em vigor (ou seja, com o sistema de contabilidade OHADA, ou SYSCOHADA).
- 2.42** Assistida por estruturas regionais independentes, os bancos do Benim são regidos por um mecanismo prudencial definido pelo Conselho de Ministros da UEMOA em Junho de 1999, e está prestes a implementar os pilares do acordo de Basileia II. Como para as empresas, dificilmente adaptam as suas actividades e produtos às normas internacionais em termos de qualidade e respeito ao meio ambiente, e não há nenhum código ou uma carta para a governança corporativa no Benim.
- 2.43 Evolução das Empresas em Benim.** Embora a criação de empresas tenha sido facilitada pelo Centro de Formalidades de Empresas (Oportunidade Única), gerido pela Câmara de Comércio e Indústria do Benim (CCIB), ainda há muito a ser feito para simplificar os procedimentos e ajudar os jovens a fim de avaliar e gerir os riscos corporativos dentro de um quadro formal. Um dos principais obstáculos parece ser a pressão fiscal, o que provoca muitas distorções económicas e sociais, incluindo hipertrofia do sector informal. O multifacetado e multidimensional sector informal é o maior gerador de riqueza e emprego em Benim. Acusado de ser uma fonte de corrupção, evasão fiscal e lavagem de dinheiro, este sector é uma válvula de segurança para a agitação social e um dos pilares da solidariedade familiar, especialmente porque nenhum suporte formal é dado aos cidadãos em geral, e aos empresários em particular.
- 2.44** Noutros aspectos, os resultados da privatização em Benim são variados. Enquanto (A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, 2005) tenham contribuído com um total de 33,6 bilhões francos CFA para o Estado, serviços de utilidade pública não faziam parte destas operações de privatização, que por vezes eram discriminatórias ou não transparente. Além disso, o programa de privatização estava atrasado, e os esforços ainda devem ser feitos para estabilizar as empresas para a privatização e avaliar os seus activos. Contudo, o governo preparou um regulamento que define os termos e condições de privatização e anunciou um programa para os próximos dois anos
- 2.45 O ambiente de negócios em Benim.** O sector formal em Benim sofre com a concorrência desleal do sector informal e do relativamente limitado mercado interno. Devido à ausência de uma estrutura de regulamentação jurídica nacional de concorrência com os poderes, independência e recursos materiais necessários, juntamente com estruturas



relativamente fracas para defender os consumidores, muitas vezes há casos de violações e infracções graves das regras da concorrência leal.

2.46 empresas bem estabelecidas, os empresários do sector formal em Benim muitas vezes dependem de demanda do sector público, o que é difícil de obter. Na verdade, os contractos públicos sofrem muitos dos mesmos problemas que afectam toda a economia nacional (isto é, ambos os sectores público e privado). Acrescentado ao flagelo da corrupção, há também a falta de treino em procedimentos de adjudicação de contractos públicos, a disfunção das autoridades competentes, e os atrasos na adjudicação de contractos e pagamento de fornecedores

2.47 As dificuldades das empresas do sector formal são agravadas pela atitude não cooperativa de administração (em particular serviços de fiscais) e por alguma falta de apoio do sector bancário. Com efeito, embora os bancos estejam numa situação de excesso de liquidez e não encontram quaisquer problemas graves de empréstimos não pagos, apenas parcialmente respondem as necessidades da economia e dos investidores de Benim. A relativamente baixa concessão de crédito pelos bancos na economia, a sua cobertura geográfica limitada do país e a penetração nos mercados, bem como os créditos de baixo a médio e longo prazo, demonstram o progresso que ainda necessita ser feito. Isso também explica o rápido declínio do financiamento bancário em face do financiamento informal e de microfinanciamento, que cumprem apenas parcialmente as necessidades das empresas modernizadoras e da economia em Benim. Enquanto o sector bancário lamenta a falta de espírito empresarial e projectos financiáveis, parece que a questão das garantias - especialmente no que diz respeito à terra e complicadas formalidades - subjaz uma espécie de auto racionamento por parte das empresas em face as dificuldades em lidar com o sector bancário formal.

2.48 Outras principais restrições e deficiências do ambiente de negócios no Benim incluem:

- Corrupção que custa ao país cerca de 3% do seu PIB e custa às empresas 8,4% do seu volume de negócios, de acordo com estimativas oficiais.
- Falta de confiança na eficiência da administração e do sistema judicial: 54% das empresas do Benim consideram a administração ineficiente ou ineficaz e em caso de disputa, 55% dos empresários preferem liquidar suas dívidas fora dos tribunais.
- O peso das regulamentações: As estruturas administrativas parecem ter mantido os hábitos do sistema de gestão socialista. Gestores de empresas industriais declararam que dedicam cerca de 8,3% do seu tempo a cumprir as formalidades administrativas, enquanto 65% das exportações e / ou empresas de importação consideraram as operações de desembargo aduaneiro ser mau ou muito mau.
- A falta de boa formação, de recursos humanos especializados e competentes e de supervisão de recursos humanos.
- O estado das infra-estruturas: Electricidade, água e estradas apresentam dificuldades, assim como a segurança e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

2.49 Legalidade de acções por parte das empresas e empresários em Benim. Cada vez que o CRM realiza debates com as partes interessadas, a ineficiência do sistema judicial tem sido mencionada como um obstáculo para o desenvolvimento das empresas. Consequentemente, as deficiências do regime jurídico do Benim e do medo de processos intermináveis nos tribunais, obriga alguns actores na economia a resolver os seus diferendos através de redes familiares ou autoridades tradicionais, que são considerados mais confiáveis, mais rápido e menos corrupto do que as redes "modernas"

2.50 Com pouca confiança em seu quadro jurídico, as empresas de Benim apenas cumprem parcialmente as suas obrigações para com as várias partes interessadas no seu ambiente:

- A evasão fiscal é bastante significativa porque os impostos constituam um pesado fardo para o sector formal. Este sector, embora nem sempre convencido da equidade do exercício, tem de lidar com a concorrência do sector informal e o elevado "imposto paralelo" de corrupção.
- O trabalho infantil parece ser uma prática generalizada: A UNICEF estima que 480.000 crianças entre as idades de 6 e 12 anos estão a trabalhar. A Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) indica que esse problema é devido à falta de fiscalização, em particular nas zonas rurais e na economia informal.



- Apenas uma pequena percentagem de trabalhadores (estimado em menos de 10% do mercado de trabalho) estão abrangidos pelo sistema de segurança social. Na verdade, o sector formal nem sempre declara todos os seus funcionários numa tentativa de evitar problemas administrativos e os custos relacionados.
- A noção de responsabilidade social empresarial (CSR) não é amplamente entendida em Benim. De acordo com CSAR do Benim, o Estado não pôs em prática um quadro atraente que incentiva as empresas a assumir uma maior responsabilidade social para com as comunidades de base.
- Benim tem uma legislação e uma série de mecanismos para proteger o ambiente natural. Embora estudos de impacto ambiental sejam necessários para os projectistas que desejam investir em actividades que possam ter um impacto sobre o meio ambiente, não há respeito pelo meio ambiente e nenhuma empresa em Benim tem certificação ISO14 000.

2.51 Ética Empresarial em Benim. Vários casos de má governação, incluindo o desvio de fundos públicos, falsificação e uso de falsificações, foram identificados no CSAR. Estes casos causam grandes perdas ao estado. Comitês ad hoc foram criados ou queixas foram apresentadas nos tribunais para estes casos. No entanto, muito poucos destes casos acabaram com uma sentença dos tribunais. Além disso, a lavagem de dinheiro é um problema grave no Benim. O Grupo de Acção Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) tem um representante no Benim, mas, actualmente, apenas os arquivos são transmitidos para a unidade de crimes económicos, porque o GIABA ainda não está operacional no país

2.52 Entre as restrições sobre a prosperidade das empresas, a corrupção ocupa a quarta posição em empresas formais e a sexta em empresas informais. O que é alarmante é que a maioria das partes interessadas parecem ser fatalista a respeito a este flagelo, que eles consideram ser uma parte integral da vida diária em Benim. Da mesma maneira, o CRM verificou que a mídia do Benim, ainda que activo e em grande número, não é usado com a finalidade de investigação económica de apropriação económica indevida, fraude e actos de evasão fiscal que são em proporções catastróficas entre os actores do sector público e privado em Benim

2.53 Por último, embora Benim seja um membro da Organização Propriedade Intelectual Africana, o CRM observou que os Serviços de Direitos de Autor de Benim (BANDRA) é ainda incapaz de resolver o problema da falsificação. Sofre com a falta de recursos e uma má imagem, que tem o efeito de transformar a estrutura num auxiliar dos serviços fiscais, em vez de um corpo que defende os interesses dos criadores e da inovação.

2.54 Transparência em, e informação nas, empresas de Benim. Falando em termos gerais, parece haver uma falta de informação sobre e nas empresas do Benim. A um nível macroeconómico, não existem estudos sectoriais ou informações sobre os vários mercados. Isto está a privar as empresas de conhecimento de seu ambiente e a ameaçar a sobrevivência de um número de empresas. No nível microeconómico, muito poucas empresas em Benim têm estruturas de auditoria interna.

2.55 A falta de transparência nas empresas no sector formal, a obscuridade das empresas do sector informal, bem como os problemas de governança de empresas estatais, criar condições para os profissionais de revisor oficial de contas que ainda não são conducentes ao fornecimento de contabilidade fiável e de informação financeira.

Desenvolvimento Socioeconómico

2.56 Os desafios de desenvolvimento socioeconómico enfrentados pelos Benim são numerosos. A economia ainda é dominada pela exploração dos recursos agrícolas, principalmente de algodão, e as actividades do Porto de Cotonou. O crescimento impulsionado por estes sectores continua a ser inadequado para reverter as tendências negativas no relacionado à pobreza, que ainda afecta mais de 30% da população. Esta situação poderia, se persistir, prejudicar a realização dos Objectivos principais de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015, particularmente na educação, saúde, acesso à água potável e redução da pobreza. A resposta a esta situação requer uma estrutura de desenvolvimento propício para a criação de emprego decente e sustentável em áreas urbanas e rurais, impulsionado pelo forte crescimento económico.

2.57 No entanto, dada a pequena dimensão do mercado nacional (cerca de 7,6 milhões de habitantes), a geração de um crescimento médio anual de mais de 7% exige uma maior integração no mercado mundial, de modo a aumentar e diversificar as exportações de bens e serviços. A melhoria da competitividade global e sectorial da economia continua a ser a força vital desta nova estratégia, e é um desafio importante que tem de ser aceite. Isto exige a criação de um ambiente económico e institucional de padrões internacionais.

2.58 Referentes aos compromissos internacionais, o CRM registou com satisfação que o Benim ratificou todas as convenções e aderiu aos padrões e códigos recomendados pelo CSAR. No entanto, tem de ainda ser feitos muitos



esforços na publicação desses documentos no Diário da República do Benim. Devem ser incluídos na legislação nacional e divulgados à população que deles beneficiaria.

2.59 Promoção de, e criação de capacidades para, desenvolvimento autónomo.

A Apropriação do processo de desenvolvimento socioeconómico com menos dependência da ajuda e das políticas para o desenvolvimento socioeconómico externo, constituem grandes desafios no processo de democratização. Entretanto, a influência dos programas do TFP e as políticas de desenvolvimento são fortes. A assistência externa ao desenvolvimento (ODA) é responsável por mais de 60% do financiamento de programas de desenvolvimento. Benim tem, por um longo tempo, beneficiado da Iniciativa HIPC e na Organização Mundial do Comércio (WTO) é um dos Algodão 4 (C4) PMA na Iniciativa de Algodão, juntamente com todos os seus compromissos a nível sub-regional (WAEMU, a ECOWAS, e assim por diante). Todos esses factores prejudicam a autonomia no desenvolvimento socioeconómico eficaz.

Além disso, a **irradiação da pobreza** e a melhoria da qualidade de vida constituem importantes desafios que as autoridades devem têm de enfrentar. De facto, as autoridades terão de lidar com as preocupações da população, o que Março de 2006 manifestou a necessidade de ter uma classe política renovada que possa, o mais rápido possível, fornecer respostas concretas aos seus problemas. O vigor económico é uma forma de alcançar este objectivo. Para esse efeito, as novas autoridades demarcaram a data-limite de 2011 para a melhoria da qualidade de vida e redução da pobreza da sociedade. É previsto que a incidência da pobreza seria reduzida de 27% em 2005 para 19% em 2011 e para 15% em 2015.

Este objectivo enquadra-se no âmbito visão expressa em Alafia Bénin 2025. A realização de tal visão requer a implementação de reformas centradas sobre a boa governação, o que ajudará a consolidar as bases institucionais da democracia; simplificar a gestão dos recursos humanos, financeiros e institucionais; formular e implementar relevantes políticas económicas e sociais; e assegurar a responsabilização das autoridades locais através da descentralização efectiva.

2.60 Outra dimensão e desafio no processo de apropriação desenvolvimento socioeconómico diz respeito à participação **de todos os interessados**. De um modo geral, os actores em causa consideram que essa participação como sendo inadequada, particularmente a nível local, uma vez que nem sempre sentem que estão incluídos na preparação e execução de projectos e programas que lhes dizem respeito. No entanto, o CRM sente que as condições para reforçar essa participação existem em Benim, uma vez que a sociedade civil já é relativamente activa e comprometida com a defesa dos direitos humanos e a melhoria das condições dos grupos sociais mais desfavorecidos. O governo deve tomar medidas adequadas para pôr em prática um quadro jurídico e regulamentar que seja favorável à participação mais activa da sociedade civil, partidos políticos, o sector privado, todos os actores económicos e todas as regiões do país. Concluir o processo de descentralização é um caminho para a promoção de tal participação.

2.61 Todas estas medidas devem ser acompanhadas do reforço efectivo da participação de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento socioeconómico através da ampliação do processo de consulta, acelerando a finalização do processo de descentralização para fomentar a participação a nível descentralizado, e estabelecer órgãos de consulta conjuntas entre o governo e os principais actores de desenvolvimento de Benim. A ampliação e sustentabilidade do processo de participação também pode ser estimulada através da transformação ou mesmo institucionalização do exercício de auto-avaliação como uma prática nacional. Isso ajudará a fomentar um espírito de co-propriedade e responsabilidade mútua entre o Estado, seus parceiros do sector privado e da sociedade civil. Para esta finalidade, seria apropriado, uma instituição vigilante ou entidade similar para o monitoramento de governança em Benim

2.62 Quanto ao relacionado com o acesso aos serviços sociais básicos, quanto ao relacionado com o acesso aos serviços sociais básicos, o CRM está satisfeito com os esforços feitos pelo governo do Benim de fornecer acesso a preços acessíveis para os pobres - especialmente aqueles em áreas rurais - a serviços essenciais como educação, saúde, segurança social, água potável, saneamento, electricidade, terra arável, habitação e microfinanciamento. A esta observação encorajadora, não devemos, no entanto, esconder as dificuldades que continuam a ser encontradas nestes sectores - Dificuldades que vão continuar a abrandar o progresso se algumas medidas relevantes não forem urgentemente tomadas em consideração.

2.63 Relacionado à educação, deve salientar-se que, ao longo das últimas duas décadas, as taxas de matrícula bruta no ensino primário e secundário, aumentaram em todos os níveis do sistema de educação. No que diz respeito ao rácio de raparigas e rapazes nos níveis primário e secundário, os indicadores mostraram uma proporção de 0,75% (3: 4), em 2004, para uma meta dos ODM de 1 (1: 1) em 2015. O nível permanece baixo e as causas são geralmente ligadas a tradições socioculturais sobre o papel das mulheres na unidade familiar (ajuda em trabalhos em casa); problemas de



delinquência sexual, o que muitas vezes leva à gravidez precoce e, portanto, o abandono escolar; e problemas de pobreza, que fazem os pais preferirem enviar os rapazes à escola, em vez de as raparigas, se existirem muitos filhos na família. Isso demonstra que a pobreza continua a ser o cenário de alguns problemas no sistema escolar.

- 2.64** Outro problema grave na educação é a de um número insuficiente de professores, cujo nível de formação está, ao mesmo tempo, a diminuir progressivamente. Esta tendência é principalmente um resultado do congelamento de recrutamento para o serviço público, que surgiu devido às medidas de ajustamento estrutural. A escassez, apesar do uso de professores contratados, foi estimada em mais de 8.000 professores para o ensino primário público para o ano lectivo de 2004-2005. Por último, as partes interessadas consideram a produtividade do sistema de ensino como sendo muito baixa.
- 2.65** *No relacionado à matéria de saúde*, Benim tem uma alta taxa de mortalidade e de um ambiente de saúde que gradualmente se tem vindo a deteriorar. Embora existam vários programas e alguns progressos tenham sido feitos, o sector da saúde tem pontos fracos que comprometem seriamente o seu desempenho. Isto é evidente em alguns indicadores principais, como a taxa de mortalidade bruta, que variou de 12,3/1000 para 10,5/1000 entre 2002 e 2005; o índice de mortalidade infantil de 90/1000 para 65,6/100; o índice de mortalidade em crianças de 146,4/1000 para 102,9/1000; o índice de mortalidade materna de 474,4 para 485 mortes em cada 100,000 nascido vivo – tudo isto estimado no período entre 2002-2005 (de acordo com INSAE /DED/ RGP3 2002 e projecção populacional de 2005).
- 2.66** Além disso, o índice de cobertura da infra-estrutura de saúde é de 82%, com grandes disparidades regionais, baixa qualidade dos serviços nos centros rurais e um baixo índice de utilização da infra-estrutura (34% da população em 2002). Isso reflecte a inadequação dos serviços oferecidos, bem como os obstáculos ao seu acesso, (despesas ocasionais) particularmente económicas. A pobreza generalizada de grandes categorias da população é alarmante. Consequentemente, o acesso das mulheres aos serviços obstétricos permanece limitado e a gestão adequada das doenças transmissíveis também é difícil. A desnutrição também é um dos principais problemas de saúde, e as taxas de mortalidade materna e infantil são elevadas. Se persistirem as tendências actuais e nenhuma forte medida correctiva e bem orientada for tomada, os ODM no relacionado a saúde poderia ser difícil de alcançar em termos de redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna e controlo das principais doenças, como malária e HIV/AIDS.
- 2.67** No que respeita a vacinas, pode-se dizer que as autoridades públicas em Benim, nos últimos 10 anos, deram uma atenção especial a esta questão com o Programa Expandido de Imunização (EPI). A nível nacional, a cobertura das vacinas em todo o território nacional em 2003 foi encorajadora. Benim adoptou recentemente a introdução de novas vacinas, como a hepatite B (Hep B) e a vacina da Febre-Amarela (ou vacina contra a febre amarela) para a inclusão efectiva na de rotina do PAV.
- 2.68** **Acesso a outros serviços sociais básicos.** O CRM observou que apesar dos progressos notáveis em alguns dos sectores que prestam serviços essenciais, tais como água, energia, microfinanciamento, mercados, as TIC e da terra, ainda há aspectos em que os esforços devem ser concentrados a fim de promover o bem-estar social. Estatísticas recentes mostram que cerca de dois terços da população rural em Benim que ainda não têm acesso a água potável. Enquanto isso, os problemas de saneamento nas áreas rurais e urbanas são ainda motivo de preocupação. A energia eléctrica é de difícil acesso, dado os frequentes cortes de energia. Microfinanciamento é generalizado e oferece bons serviços na promoção de actividades geradoras de rendimentos, particularmente para as mulheres pobres em áreas rurais. O *acesso aos mercados* para os produtos agrícolas é difícil e é seriamente afectado por uma escassez de meios de comunicação em áreas rurais, especialmente devido à falta de boas estradas rurais. Por último, sistemas de TIC são ainda mal-organizados no país.
- 2.69** **O acesso a terras agrícolas e terras urbanas é uma preocupação fundamental em todo o país**, e parece que os problemas de propriedade da terra retardam o investimento no país. Foram previstas acções para remover esses obstáculos. Envolvem principalmente a divulgação e implementação do Plano Territorial Rural (PFR); preparação e divulgação de leis que regulam a segurança da terra em áreas urbanas; o estabelecimento de centros de conservação de terras descentralizada; a adopção pela Assembleia Nacional da lei sobre o Código Rural; e prosseguimento das actividades para introduzir o Registo Predial Urbano
- 2.70** **No que se refere progressos realizados na igualdade de género em todas as áreas cruciais, incluindo a educação das raparigas a todos os níveis**, o CSAR observou que as mulheres representam 52% da população do Benim (51,5% de acordo com o último censo de 2002). A sua contribuição para o desenvolvimento do país é significativo e é amplamente reconhecido. No entanto, estigmas socioeconómicos, culturais e de outros géneros continuam a empurrá-los para segundo plano - isso apesar do facto de que, na sociedade tradicional do Daomé (actual Benim), as mulheres eram livres para fazer os trabalhos de homens: podiam participar no governo e servir no exército como as muito famosas "amazonas" que, com espadas, bravamente defenderam a pátria contra a colonização.



- 2.71** Um novo Código individual e familiar foi adaptado em 2004, em linha com a Constituição, que estabelece a igualdade de género, proíbe as mutilações genitais e não reconhece a poligamia. O código permite também que as mulheres possuam meios de produção. Outras medidas tomadas em favor da igualdade de género incluem a abolição das propinas escolares para meninas. No entanto, apesar das tentativas de aumentar a participação das mulheres na vida política desde a Conferência Nacional Soberana de 1990, a sua representação em cargos elevados do estado e cargos electivos, continua a ser insuficiente. Esta marginalização das mulheres em Benim parece ser devido a costumes ancestrais locais, que sempre mantiveram as mulheres longe de certas actividades e funções. Restaurar o equilíbrio de género continua a ser um grande desafio para o desenvolvimento socioeconómico do Benim.
- 2.72** À luz dos pontos fracos e desafios detectados pelo CRM no que diz respeito à igualdade de género no Benim, o Painel do APR fez uma série de recomendações em traduzir a vontade política do governo em acções concretas. Isto é para ser feito se considerarmos a questão da igualdade de género como uma prioridade nacional e como um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável. O Painel do APR também recomendou acriação de capacidades (organizacional, humanas e financeiras) para estruturas governamentais responsáveis pela promoção da igualdade de género e para a sociedade do sector privado e civil. Finalmente, foi recomendado que fosse adoptada uma política de recrutamento ao serviço público, exigindo que, em casos de qualificações iguais para o mesmo emprego, deve ser dada prioridade às mulheres. Da mesma forma, o sector privado deve ser encorajado a seguir uma política positiva voluntária de semelhante discriminação que favoreça as mulheres, tal como definido pelo governo.

Questões Transversais

- Corrupção
- Descentralização e o papel das instituições tradicionais
- A questão do género e da igualdade entre os sexos
- Formação, avaliação e envolvimento da juventude
- A pobreza e acesso a recursos
- Sector Informal
- Reforma e modernização do Estado
- Cidadania e insegurança jurídica ao abrigo do Estado de direito.

Boas Práticas

Boas Práticas
<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento pessoal do presidente da república na implementação do processo APRM. • O cumprimento do calendário eleitoral para as eleições presidenciais e legislativas. • Transição democrática no comando dos assuntos de estado. • O Tribunal Constitucional do Benim, eficiência no serviço da democracia, Estado de Direito e as liberdades fundamentais. • Directório de preços de referência. • Mulheres nas forças armadas de Benim. • Songhai, uma maneira alternativa de desenvolvimento. • Programa Presidencial em microfinanciamento. • Quadro de consulta inter-religioso. • A associação «Quem diz Melhor»: Promoção de emprego e protecção ambiental. • O extenso processo de consulta nacional APRM.



3. CONCLUSÃO

- 3.1 O Benim tem feito enormes progressos nas quatro áreas de foco da avaliação do APRM, particularmente desde a fase da renovação democrática. No entanto, ainda tem de realizar uma série de grandes desafios, tendo em conta as deficiências nas suas realizações e as exigências do seu futuro até 2025 (veja a seção sobre desafios no ponto 4.3 abaixo).
- 3.2 As autoridades estão bem cientes destes desafios e parecem determinados a enfrenta-los, tendo em conta as lições da história do país e no intuito de atingir a sua meta de se tornar um país emergente em 2025. É por isso que, em conjunto com a Conferência Nacional Soberana, as autoridades definiram uma visão de longo prazo para o país e converteu-as em orientações estratégicas de desenvolvimento que constituem o quadro para a definição de políticas GPRS ou políticas sectoriais.
- 3.3 *Em termos políticos, no plano econômico e no plano social (ver abaixo), o Benim tem pontos fortes.* Todos esses recursos permitem ao país desenvolver uma base produtiva forte, preparar a sua entrada no clube dos países emergentes de África, e permitir-lhe beneficiar das oportunidades oferecidas pela globalização.

Vantagens

1. The resolve to change for the better and the personal involvement of the president in this regard.
2. Benin is today a country enjoying peace and stability after years of military regimes and political instability.
3. The entrenchment of the values and culture of democracy in society.
4. Benin is an untouched country endowed with vast potential with regard to agriculture (4.8 million hectares of arable land, of which less than 1 million hectares is currently being cultivated), fishery resources, forestry, tourism and livestock breeding, which is inadequately exploited but capable of attracting investment.
5. A favourable geographic location (a 125-kilometre coastline equipped with an important port, a common border of about 700 kilometers with Nigeria – which constitutes a market of nearly 140 million potential consumers – and sharing other borders with landlocked countries like Niger and Burkina Faso).
6. The vigour of the country's informal sector, particularly in the trading Arena that is dominated by women.
7. Membership in regional economic and monetary entities.
8. The youthfulness and vitality of the population.
9. The competence of the local labour force.
10. The capacity to adapt cultural values to face current challenges.

Desafios

1. The effectiveness and primacy of the law, guarantor of the legal protection of the citizens and their property.
2. Depoliticisation of the bureaucracy, and the reform and modernisation of the state, along with Benin's public administration.
3. The fight against corruption, which affects the entire nation at a disturbingly high level.
4. A poor level of participation by women in decision making and in political representation.



5. The trafficking and exploitation of children.
6. The transformation from a colonial-based economic structure to an integrated economic structure for growth and sustainable national development.
7. The fight against rising poverty levels through the effective implementation of the vision of Benin as an emerging nation.
8. Transformation of the informal sector to a recognised component of the economy.
9. Promotion of a new partnership and entrepreneurial culture in order to revive the private sector.
10. Improvement of the business climate, particularly the competitiveness of enterprises.
11. The development and modernisation of infrastructure – especially in the education, health, energy and telecommunications sectors – and ensuring quality service delivery.
12. Economic diversification, especially in the agricultural sector so as to minimise dependence on the cotton sector.
13. The conservation of the environment and reduction of regional imbalances.